

## O filho, o pesquisador e o filho-pesquisador: análise de uma trajetória individual

Wagner Guilherme Alves da Silva<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente artigo tem por finalidade identificar as imbricações entre a produção de uma identidade familiar e a construção de uma identidade de pesquisador, partindo da hipótese de que o projeto individual do pesquisador, proveniente das camadas populares, tornou-se possível por meio de uma série de negociações, passando algumas pela negociação da demanda familiar e da produção científica, tendo, para isso, como ponto de partida o exercício da reflexividade. Para tanto, proponho a análise de minha própria trajetória, a fim de verificar os modos pelos quais foi possível meu ingresso na Universidade, em um curso desconhecido por meus pais e prosseguisse na trajetória acadêmica em uma pós-graduação em Antropologia Social, de total desconhecimento de meus pares familiares.

**Palavras-chaves:** Construção diferencial da pessoa; Reflexividade; Identidade; Projeto familiar; Individuação.

### Abstract:

The purpose of this article is to identify the imbrications between the production of a family identity and the construction of an identity of researcher, starting from the hypothesis that the individual project of the researcher, coming from the popular strata, became possible through a series of negotiations, some of which are due to the negotiation of family demand and scientific production, and the exercise of reflexivity is the starting point. Therefore, I propose the analysis of my own trajectory, in order to verify the ways in which it was possible for me to join the University, in a course unknown to my parents and to continue in the academic trajectory in a postgraduate course in Social Anthropology, of total ignorance of my family.

**Keywords:** Differential construction of the person; Reflexivity; Identity; Family project; Individuation.

---

<sup>1</sup>Mestrando em Antropologia Social pelo PPGAS-MN/UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). E-mail: wagnergas@hotmail.com

## Introdução

Aprendi, desde cedo, com os mestres que explicitar as condições da pesquisa, bem como os constrangimentos e embaraços que envolvem a confecção do artefato final é um modo de ilustrar os percursos pelos quais as contra-narrativas são formuladas e os modos como às experiências são enquadradas. Faz-se importante, assim, esclarecer que, por diversos motivos como a preocupação com uma comunicação eficiente e não confusa e a tentativa de estabelecer alguma distância, ainda que provisória e que respondesse ao caráter de uma tentativa, entre o autor e a análise de sua trajetória, tentei inicialmente me tratar por Alves da Silva, meu sobrenome e modo como respondo a minha identidade acadêmica enquanto aprendiz ao ofício de antropólogo, ocorre que encontrei problemas na comunicação das ideias e a confusão de tempos verbais proveniente dessa escolha me fez recuar. Assim sendo, o texto que segue está redigido na primeira pessoa, e tem, por objetivo, analisar, por meio de minha própria trajetória intelectual e pessoal, os modos pelos quais um projeto de atomização entrou em curso na opção feita por mim pela vida acadêmica, dentro de um projeto holista onde o trabalho figura centralidade, característica específica das classes trabalhadoras, da qual pertença.

Desse modo, parto da hipótese de que o *momento das expectativas* em que se encontrava minha família frente a suas demandas possibilitou meu ingresso na Universidade, ainda que sob algumas condições, e que o desenrolar das trajetórias individuais atravessadas pelo adoecimento no trabalho da figura central da unidade nuclear me colocou uma série de demandas, às quais precisava responder: como filho, alguém que divide com os membros da unidade doméstica afecções, memórias e um projeto familiar coletivo e como pesquisador, afinal, passava por um processo de profissionalização centrado no treino no interior de um tipo específico de reflexividade, portanto, portador de um estatuto familiar específico: alguém que detém um tipo de informação da qual nenhum outro membro da unidade pode obter. Assim, ao não renunciar o projeto familiar, sem contudo abandonar minhas aspirações de *auto-afirmação*, pude, acredito, aliar meu movimento em direção às respostas demandadas por minha família à um projeto de carreira, a fim de poder movimentar-me no interior dos dois campos sociais, de naturezas distintas.

Em sendo assim, minha identidade enquanto aprendiz de pesquisador responde a este duplo estatuto: constituída nas fronteiras entre projeto familiar e projeto individual,

dualidade esta não enfrentada e resolvida por outra via, a fusão dos lados da oposição, gerando, de maneira inventiva e criativa, novos rumos à minha trajetória acadêmica e familiar. Acredito assim que esse processo de construção de identidade, por ser resultado do movimento acima descrito, prescreve rumos e caminhos específicos, podendo falar, desse modo, em “subjativação diferencial” (DUARTE, 2011, p.3)

### **Pesquisando a própria família: uma aproximação teórica**

Esse trabalho constitui-se na tentativa de uma autoantropologia, pois enseja tornar minha própria experiência alvo de uma investigação científica, e para tanto, uma série de cuidados teóricos precisam ser feitos. Dizer que se trata de uma autoantropologia, porque tanto pesquisador quanto pesquisado são provenientes de um mesmo universo simbólico é insuficiente, e como demonstrou Strathern (2014) ao refletir sobre os limites da autoantropologia, uma questão primeira deve ser as bases sob as quais se assentam a *familiaridade* entre pesquisador e pesquisado, a fim de poder então afirmar que estes compartilham de uma mesma visão de mundo. Em seus termos:

As bases sobre as quais a familiaridade e a distância se assentam são cambiantes. "Em casa" pode recuar infinitamente: estaria um cigano que estudasse ciganos em casa? Ou teria de ser um cigano desta e não daquela região? A resposta que proponho é bastante específica e não exclui outras formas possíveis de estar "em casa". Mas ela de fato aponta para um aspecto da prática antropológica que não pode ser ignorado. Considero, pois, uma forma de livrar o conceito de casa de medições impossíveis de graus de familiaridade. O contínuo obscurece a ruptura conceitual. O que se deve saber é se investigador-investigado estão igualmente em casa, por assim dizer, no que diz respeito aos tipos de premissa sobre a vida social que informam a investigação antropológica (STRATHERN, 2014, p, 133).

No caso dessa análise, é a própria experiência do autor que é passada por exame, sendo possível, desse modo, afirmar o caráter de *familiaridade* da pesquisa, uma vez que pesquisador e pesquisado compartilham um mesmo horizonte simbólico e uma mesma base referencial, compartilhando projetos cruciais para o desenrolar das histórias, tanto familiar quanto individual. Quanto a esse fato, defende-se, como Strathern (2014), o ponto de vista da autoantropologia, por acreditar que “conhecer-nos melhor como objetos de estudo e como os sujeitos que realizam o estudo são dois aspectos amalgamados na premissa cultural de que todo conhecimento é uma espécie de autoconhecimento” (2014 p. 149). Com isso, visou evidenciar que não se trata apenas de um exercício fenomenológico: a análise é sustentada por uma crença profunda de que o

material posto à exame é suficientemente denso, e de que todos os exercícios reflexivos foram tomados.

Ademais, é preciso reconhecer o lugar das experiências particulares na pesquisa contemporânea. Lila Abu-Lughod (1986), em *Veiled Sentiments*, comunica a seu leitor os modos como sua pesquisa tornou-se possível. Interessada em estudar as relações de gênero em um grupo beduíno, teve seu ingresso em campo possibilitado pela ação de seu pai, que a inscreveu socialmente no grupo cujo estatuto da mulher restringe seu campo de movimentação. A figura do pai, que em primeiro momento colocava em risco seu projeto antropológico, tornou-se crucial para o desenrolar de sua pesquisa.

Depois de viver entre os beduínos, entendeu que não era comum uma moça solteira viajar sozinha, e conta-nos que sabia da imagem negativa que se tinha ali das mulheres ocidentais, alimentada por rumores, filmes e pela posição insensível das ocidentais em relação aos padrões locais. Acreditava na sensibilidade de criança que lhe era específica, e pensava ser ela suficiente para sustentar suas ações naquele universo simbólico, de modo não ofensivo. Afinal, a autora tinha também primos que se aproximavam a esse modelo de parentesco, o que poderia evidenciar as similitudes.

O que Abu-Lughod não havia considerado era que a respeitabilidade não existia apenas em termos de comportamentos e interação social, mas também na relação com o todo maior. Não havia conseguido imaginar de antemão que os beduínos, para quem a tribo e a família são valores primordiais, não assumiriam uma mulher sem família e sem tribo de modo que qualquer garota respeitada, de família e virgem não andaria desprotegida, sem a presença de alguém da família que pudesse lhe garantir segurança. Assim, a figura do pai que de início a colocava em uma situação de desconforto, pondo em risco seu projeto intelectual, tornou-se vital para assegurar o lugar mesmo da pesquisadora no campo a ser pesquisado.

Duarte & Gomes (2008) também nos oferece instrumentos teóricos para inscrever nosso empreendimento no campo científico, ao pensarem sobre as dinâmicas sociais referentes à tensão entre uma base identitária detentora de um *ethos* compartilhado e a construção de um trajeto individual, individualizado, referente a alguns de seus membros, e nos parece ser esse o caso a ser estudado. O livro busca examinar as dinâmicas identitárias de três redes familiares, observadas transgeracionalmente como tensão entre a referência a uma base identitária dotada de um *ethos* compartilhado, frequentemente simbolizada pela casa familiar, e o trajeto de

*auto-afirmação* ou ‘individualização’ relativo a alguns de seus membros. Parte de três casas originárias dessas redes e que ocupam lugar central no desenrolar das tramas familiares e examina as mudanças físicas – as constantes transformações dos bairros e do perfil de seus moradores, sua localização física-social-, e morais, derivadas de uma constante necessidade de auto definição e afirmação da trama familiar em contraste as profundas modificações que se processam. Assim, tem por objeto não quaisquer tramas familiares, e sim, as dos próprios autores, junto a de uma rede familiar com a qual um dos autores tem, por conta de sua pesquisa, relações a mais de 30 anos.

Acredito ainda que toda pesquisa antropológica impõe algum tipo de afetação, seja esta empreendida em um mundo mais ou mesmo próximo ou não, e disso implica que um envolvimento subjetivo é preciso. Fazer antropologia, acredito, é um procedimento onde a própria interioridade está em jogo. Assim, o caráter da reflexividade norteia as páginas que se seguem: reflexividade é sempre uma revisitação, um retorno ao material da experiência humana, pois ela é densa demais para que possamos perceber o que está em jogo no momento mesmo em que *experenciamos*: ou vivemos ou analisamos.

### **Apresentando o problema**

Nasci em uma pequena cidade, cuja população é estimada em 2.200 habitantes, em profunda transformação, e no início da segunda década do século XXI, resolvi prestar o exame de seleção de uma instituição de ensino superior, pública, em outra cidade, em outra região. O que tornou possível que minha decisão pudesse ser efetivada? Como a família, portadora de um projeto<sup>2</sup> para mim, administrou essa decisão?

Para prosseguir, é importante que alguns esclarecimentos sejam feitos. A cidade em questão vivia os resultados de uma profunda transformação, de ordem econômica, cujos efeitos exigiram um árduo trabalho de ressignificação e reinvenção dos modos de fazer, e mais, dos modos de se conhecer. Tratava-se do processo de mudança do eixo

---

<sup>2</sup> O projeto familiar que me englobava nunca esteve totalmente desenhado, uma vez que foi atravessado por várias questões, tais como o adoecimento de minha mãe e minha saída de casa, contudo, meu lugar era, a priori, dentro da unidade doméstica, de modo a prescrever meu caminho como circulante, ou seja, a profissionalização estava no horizonte da família, e para isso, admitia-se minha saída para estudos, contudo, isso não implicava, de modo algum, minha saída de casa. Veremos, porém, que a própria noção de sair de casa foi ressignificada e redefinida com minha consequente aprovação no vestibular.

estrutural da economia local, a mudança do eixo rural para o eixo urbano, que implicava em arrendamentos de terras onde antes se cultivava uma variedade de culturas, das quais sobrevivia parcela considerável dos trabalhadores locais.

A mudança do eixo da economia provocou profundas transformações na estrutura social local, exigindo que todo um trabalho de ressignificação fosse colocado em curso pelos moradores, sendo possível falar, como sugere em Veena Das (2007), em um *evento crítico*. A nova forma de gestão do trabalho implicava em uma ausência maior das casas, pois o destino natural desses trabalhadores foi o trabalho na indústria calçadista em uma cidade à 50 km, uma vez que o trabalho nas usinas selecionava, sobretudo, homens.

Na ocasião, minha mãe adoece frente à nova gestão de trabalho, e inicia, assim, uma longa batalha contra o INSS por aposentaria por invalidez. É nesse contexto que, no ano de 2011, resolvi concorrer a uma vaga no curso de Ciências Sociais em uma universidade pública no estado de São Paulo. Minha família extensa possui pouquíssima escolarização, de modo que a maioria de meus tios, bem como meu pai, não concluíram o ensino médio, em razão das necessidades materiais demandadas pela família. Desse modo, cresci ouvindo dos benefícios que tinha por não precisar trabalhar e estudar, por não conhecer a *dureza da vida na roça, debaixo do sol*. Filho único, não precisei, como minha mãe, abandonar os estudos para cuidar de algum irmão ou complementar a renda, o que me colocava em um lugar de privilégio em relação às trajetórias da maioria dos membros da família. Desse modo, a possibilidade de concluir o ciclo básico do processo educacional dava a mim um lugar de proeminência dentro do quadro das expectativas familiares: alguém por quem o núcleo familiar investiu esforços e, portanto, merecia ser recompensado, como os bons filhos são.

Um estatuto moral me colocava em uma situação de dívida para com a unidade doméstica, mas esse fato não pode ser analisado aqui, já que a escolha feita por mim de adentrar em uma universidade pública, referendada pela aprovação no vestibular, foi um fato inédito na família extensa, e minha unidade doméstica precisou lidar com isso. Frente a todo o contexto de políticas públicas de “democratização” do acesso a Universidade, a possibilidade de poder forma-me sem custos com mensalidades era vista como a opção ideal, mas não implicava na minha saída de casa: tratava-se de uma aposta em uma formação em universidades particulares por meio de bolsas ou de tentativas de financiamentos.

Sair de casa não estava no roteiro familiar, de modo que o apoio se confundia de certo modo com a dúvida: por não ter referências anteriores, toda essa negociação se deu de modo inventivo e criativo. O fato de eu ser homem foi decisivo para a possibilidade de saída sem o rompimento de vínculos, de modo a ser repetido no discurso familiar inúmeras vezes por minha mãe, que reforçava sempre a ideia de que se fosse uma filha mulher, esse projeto não teria condições de ser levado adiante, pois há todo um estatuto que dá conta do lugar da mulher.

A escolha do curso de graduação a ser feito é também bastante curiosa, dado que ninguém da família sabia, e nem mesmo sabe ao certo hoje, a área de atuação e as possibilidades de emprego. O que motivou minha escolha do curso foi uma professora que ministrou um bimestre de aulas de sociologia. Formada em uma IES<sup>3</sup>, foi a única professora que detinha formação na área de atuação, e apresentou a mim, de maneira breve, a discussão sociológica. Decidi então prestar o vestibular, pensando não ter êxito na seleção, dada minha formação em escola pública. Contudo, consegui uma vaga, e meu ingresso emerge no horizonte da família. Motivo de muito orgulho, a família comemorou o fato, mas só iniciavam-se as preocupações: como manter um filho fora de casa? Como lidar com as expectativas futuras em relação ao mercado de trabalho de um filho que escolheu uma profissão desconhecida?

Amparado por uma série de políticas públicas e de permanência estudantil, pude permanecer na IES e concluir com êxito meus estudos, enredando-me para a pesquisa no escopo antropológico. Antropologia: mais uma área de total desconhecimento por parte da minha família. No entanto, concluí os estudos em nível de graduação e ingressei em uma pós-graduação em Antropologia Social. O que permitiu com que isso fosse possível?

É preciso considerar o fato de que, como evidenciado, minha família sofre uma profunda modificação promovida pelos impactos do adoecimento da matriarca, que a impossibilitava de prosseguir trabalhando e de organizar a gestão material e simbólica da casa. Quando adoecida, eu, na ocasião um jovem aprendiz, ainda não havia ingressado no mundo acadêmico, mas o agravamento das dores e o aprofundamento do diagnóstico sob a rubrica crônico e o começo das lutas contra o INSS datam dos

---

<sup>3</sup> Daqui por diante, falaremos em IES (Instituição de Ensino Superior) para qualificar o tipo de formação da qual falamos.

momentos que antecederam meu ingresso e o início de minha trajetória na IES. Portanto, meu ingresso ocorre concomitante às crescentes demandas da família.

O acionamento da esfera jurídica em processos contra o INSS exigia um mínimo de conhecimento do funcionamento da burocracia legal, e essa demanda foi direcionada a quem estava mais *apto* a fornecer esse tipo de informação, logo, ficava a cargo de quem detivesse um nível de escolaridade maior. Assim, era eu quem devia responder a essa demanda, tornando-me uma espécie de orientador de minha mãe, que recorria ao filho para acompanhar os processos por meio de portais da internet e com quem desabafava a respeito das perícias médicas e da violência institucionalizada a qual era exposta. Fazia na condição de mãe, de alguém que quer compartilhar com o filho as afecções que a tomavam, no entanto, eu detinha certo domínio de interpretação da realidade, afinal, estava sendo treinado no interior do raciocínio científico, de modo que ajudar minha mãe a entender os processos que a acometiam tinha outro efeito, o de legitimar minha escolha profissional. Há, aqui, a imbricação de dois campos sociais distintos, o profissional e o familiar.

Tornei-me, nesse sentido, o meio pelo qual minha mãe recebia informações a respeito dos processos judiciais e conhecia a dinâmica deste tipo de negociação, ocorre que não se tratava de um estudante de Direito, de modo que, para dar conta de devolver o que me era demandado, precisei buscar informações e estudar temas de outros domínios. Quando precisei escolher uma problemática de pesquisa, não foi estranho resolver trabalhar com mulheres adoecidas no trabalho. Assim, acredito, transformei as problemáticas da família em uma problemática científica, e essa foi uma maneira crucial para o desenrolar de minha carreira acadêmica e familiar. Escolher um tema próximo da experiência da família implicava em aproximar meu projeto, distante socialmente, dos horizontes familiares, ao passo que, cientificamente, além de ser útil dado o trabalho de busca de informações prévias exigidas por minha mãe, havendo, portanto, certo acúmulo na discussão. O livre trânsito entre esses dois campos, aproximando-os, garantia-me a possibilidade de prosseguir em meus estudos, de ter uma experiência de pesquisa, ao passo que atingia as expectativas da família, materializadas na situação de minha mãe.

Concorda-se aqui com Bourdieu (2015), para quem campo social representa sempre um espaço simbólico onde a luta dos agentes determina, válida e legítima representações sociais. É no campo social onde se estabelece a classificação dos signos

do que é adequado, do que é legítimo, do que pertence e do que não pertence a um código de valores, negociação esta empreendida por meio do poder simbólico, qual seja, o poder em movimentar-se no interior do campo por meio de capitais específicos.

A noção de campo, acima conceituada, nos é útil para pensar, pois introduz o problema em outra dimensão, a da negociação da identidade em dois campos possíveis de ação, de onde é possível afirmar que não foi feita uma escolha, pois nunca falei apenas como filho ou apenas como pesquisador, sendo a fusão dessas duas identificações sociais o modo pelo qual optei em agir.

### **Da identidade negociada: aproximações teóricas**

A situação de adoecimento de minha mãe, como vimos, exigiu a reorganização socioeconômica de minha família, mas não só, exigiu também uma revisão do quadro das expectativas gerais da unidade doméstica. É nesse contexto em que meu projeto individual enquanto filho é transformado em um projeto coletivo, em consonância com as questões levadas a mim pela família, uma vez que minha situação de acadêmico possibilita um canal de comunicação diferente. O que se tenta evidenciar aqui é que se em um momento anterior meu ingresso no universo acadêmico era visto como estranho, agora é minha situação nesse ambiente que funciona como centro motivador das escolhas e ações da família frente a seu problema irradiador: como lidar com o adoecimento da mãe? Temos, então, um processo de construção diferencial da pessoa.

Salem (2006), ao revisitar o paradigma holista, demonstra que há uma lógica estrutural por trás dos tipos de comportamentos que consideramos masculinos ou femininos, estando eles ligados, inicialmente, a oposição dentro x fora. Nesse esquema, o masculino se constitui no espaço que é exterior a casa, e desse modo, está mais inclinado a produzir um sentido de *individuação*, se não de *individualização*. Nesse processo, as mulheres que procuram por uma relação recíproca, encontram nos homens o desejo de uma relação cada vez mais individuada, diferente da que adjetiva o *ethos* feminino. Assim, o par de oposição vínculo x circulação, sendo o homem o lado da circulação, porque a ele é possível a movimentação no espaço fora da casa, funcionando como agente da publicidade familiar, e portanto, estando mais exposto à ideologia do individualismo, características das classes médias, é útil para entendermos a questão proposta, pois como já evidenciado, meu projeto individual teve como primeira possibilidade minha condição de gênero.

Em diálogo com minha mãe, quando a questioneei as condições que me permitiram *sair de casa*, ela elencou critérios como confiabilidade, amor, *a função da mãe é sempre apoiar*, e em específico, a masculinidade:

e você é homem né, é diferente, não tem tanto risco, a rua é menos perigosa. Teu pai viajava por esse mundo todo, trabalhava no Mato Grosso, ia e voltava, eu só contei que *tava* grávida já tinha tempo, porque ele trabalhava fora. Agora vai ver se tem mulher fazendo isso, vai ver se algum pai deixa uma filha menina sair assim, pro mundo... eu duvido que tenha (...)

Observa-se, assim, que o estatuto masculino é de ordem diferente do estatuto feminino, e esse foi um fato central para a minha *saída de casa*. A ideia de que os homens saem para trabalhar tem consonância direta com os pares de oposições acima apresentados, pois, como evidenciado na fala transcrita, a mulher não transita em espaços exógenos a casa por muito tempo. A mãe sempre trabalhou fora, seja na roça ou na indústria, mas era o pai quem circulava por entre localidades e regiões, pois a mulher corre o risco de ficar *mal falada* se assim fizer. Ocorre que isso é pouco para nos fornecer uma explicação.

Como vimos, o evento-adoecimento de minha mãe reorganiza a família em termos de expectativas e desejos, de modo que o plano emocional passa por transformações, e a comunicação social destas emoções precisa encontrar um canal de comunicações socialmente aceito, canal este materializado na minha condição. Assim, o lugar ocupado por mim enquanto filho possibilitava à família reorganizar sua experiência por meio do estatuto do *esclarecimento*, de modo a me tornar uma espécie de consultor das ações a serem tomadas, e mais, meu lugar de filho enquanto alguém cujo projeto destoava dos demais me confere alguma autoridade, estritamente ligada à ideia do esclarecimento por possuir uma formação escolar diferencial.

Figueira (1987), ao pensar o processo de modernização no Brasil e suas consequências do ponto de vista das subjetividades e estrutura familiar nas camadas médias, afirma que no país a dimensão sociocultural (que inclui o mundo dos objetos produzidos) parece ser menos resistente à mudança que a dimensão da subjetividade, área de maior inércia no processo de mudança social. Todo o projeto do texto é o demonstrar as relações entre a modernização e as mudanças nos arranjos familiares, e para dar conta de tal relação, afirma que não há uma “nova família brasileira”, já que as mudanças realizadas pela modernização, dadas a velocidade em que se produziram,

deram-se em termos de conteúdo do comportamento, o que Figueira chama de conteúdo modernizado.

Assim, o autor afirma que é preciso certo conjunto de manobras conceituais e metodológicas para compreender melhor a problemática da mudança social no domínio da subjetividade. É preciso ir do *sociologicamente visível*, aquilo que a maior parte das teorias sociológicas problematiza e nos permite ver e pensar sistematicamente, até a dimensão do *sociologicamente invisível*, que compreende a dimensão que a maior parte das teorias sociológicas negligencia, seja porque não percebe sua importância, seja porque a considera da alçada das disciplinas psicológicas. O *sociologicamente invisível*, assim, designa o espaço do imaginário, das emoções, da fantasia, o desejo, ou seja, o “sujeito”. A noção de sujeito aqui usada é de outra monta quando comparada a categoria ideológica do indivíduo e da categoria antropológica de “pessoa”. O sujeito é o agente socializado que sofre a ação de regras *transindividuais*, mas que é dotado de subjetividade. Não é uma ficção, nem mera representação, ou simples efeito da ideologia do individualismo. É um substrato efetivo que subjaz a diferentes noções de “pessoa”, mas cujo funcionamento não se esgota na lógica de tais noções (FIGUEIRA, 1987, p.14). O sujeito é a parte mais importante da dimensão invisível da mudança social, o problema seria, então, os modos de se atingir essa dimensão invisível proposta pelo autor, o modo aqui encontrado foi o uso da minha experiência individual, ou seja, a objetivação do conteúdo de minha experiência.

Para Figueira (1987), as emoções são estruturadas de forma diferente em diferentes contextos familiares, pois, como problema histórico e comparativo, é preciso buscar o plano, o território sobre o qual as emoções são padronizadas e captar sua articulação em contextos específicos de interesse material concreto, como as relações de propriedade e a dinâmica da reprodução social. O problema é capturar, no mesmo momento analítico, a interpenetração de vários níveis - as relações sociais criadas, organizadas e moldadas por pessoas detentoras de direitos ou vinculadas por obrigações em relação a outras pessoas ou coisas.

François Singly (2000), ao pensar as mudanças sofridas pela instituição família também nas camadas médias e sua exposição às ideologias individualistas, afirma que os indivíduos que compõem as sociedades contemporâneas não se parecem com os indivíduos da geração precedente, isso porque essas sociedades foram imperativas ao propor um tipo de indivíduo completamente original, fundado sob o mito da

interioridade, um “verdadeiro eu”, que teria se dado de maneira lenta no Ocidente, e se fundido com um outro imperativo, o do indivíduo autônomo. Mas esse processo não pode ser visto enquanto reduzido a um narcisismo, porque prescinde do olhar do outro.

A identidade pessoal emerge, assim, como o centro irradiador, mas só descobre-se a si mesmo através do outro, só se chega a suas próprias profundezas a partir do conhecimento do outro. Em sendo assim, é no espaço onde circula o amor onde constrói-se grande parte da identidade pessoal dos indivíduos. Desse modo, nas sociedades individualistas, a família toma por finalidade a tentativa de consolidar o “eu” das crianças e dos adultos. De modo contrário as acepções primeiras que o termo individualismo denota, o indivíduo precisa assim tornar-se ele mesmo, a partir do olhar das pessoas as quais ele atribui sentido e importância. Esse outro significativo pode ser um cônjuge, pais ou até mesmo filhos. Conforme o autor:

O “eu” reclama cada vez mais o primeiro papel. Isso obrigou os homens e as mulheres a mudarem sua maneira de conceber a vida comum. Essa se tornou atraente, pois permite o reconhecimento de uma pessoa enquanto pessoa. A relação amorosa ou afetiva é vista como um espaço favorável à revelação progressiva da identidade pessoal, não devendo assim sufocar. Cada um busca a fórmula mágica que permite ser “livre junto”. (SINGLY, 2000, p.16)

Assim, entendo que é nesse contexto em que negocie minha identidade por meio dos signos legitimados pela família. Se por um lado, como homem, preciso construir meu caminho em minha família, mas também fora dela, por outro, há todo um conjunto de expectativas ligadas a meu lugar enquanto filho num momento específico onde às forças familiares demandam minha ativa atuação. Assim, é possível aproximarmos da ideia da modernidade reativa trabalhada por Figueira (1987), que dá conta da existência de dois mapas conceituais agindo enquanto orientadores da ação, ou seja, há valores que o autor chama, no contexto da análise sobre a modernização, de arcaicos e modernos operando enquanto propulsores de novos modos combinatórios de família.

Se, por um lado, eu tinha a possibilidade de construir meu projeto individual, por outro, uma força aproximava este projeto das necessidades e expectativas da família, assim, a produção de minha individualidade perpassa ambas as questões: viver fora era central para o conhecimento de si e tomar contato com o material analítico que tomava me permitia construir um *self* pautado em minha experiência enquanto aprendiz de cientista social, mas, por outro lado, minha carreira familiar, qual seja, o lugar que meu projeto ocupava no quadro dos interesses e motivações familiares e do qual dependia, de

algum modo, minha imagem e identidade perante os pares, era acionada constantemente.

O problema, contudo, não foi resolvido com uma escolha, pois nunca houve uma separação considerável entre essas duas esferas nem mesmo se efetivou algum tipo de rompimento com a família ou com o mundo científico, ao contrário, foi combinando esses dois universos que consegui, por um lado, levar meu projeto individual, e por outro, manter minha posição na família e legitimar minhas escolhas profissionais quando questionado, dado o lugar que minha fala ocupava frente à situação familiar. Minha fala enquanto filho sustentava, algumas vezes, os mapas de ações decalcados por minha mãe referentes ao trâmite de seu processo frente ao INSS e a negociação de sua identidade enquanto trabalhadora adocida com os outros membros da família extensa e pessoas que partilhavam com ela afetos e memórias.

Adoto aqui a noção de auto-afirmação, proposta por Duarte e Gomes (2008), como saída aos termos mais universalizantes de individualização e individuação, entendendo com isso os “diversos processos de assunção de uma agência própria, pessoal, com algum componente, mais ou menos intenso, de afastamento do englobamento originário, mesmo que ambivalente ou ambíguo (...) (p. 254). Assim, meu projeto de *auto-afirmação* tinha em seu repertório a negociação no interior da família, sem contudo abandonar a autonomia e agência própria que lhes são característicos. Como demonstraram os autores, o processo de *auto-afirmação* pode ser limitado pelas propriedades de posição dos sujeitos, podendo avançar mais em algumas esferas que em outras, havendo, desse modo, uma multiplicidade de “esferas e posições”. Meu projeto individual, assim, era alimentado pelos processos de construção de uma autonomia relativa em relação aos quadros mais duros de meu núcleo doméstico, uma vez que sai de casa, tensionando e flexibilizando uma das regras mais duras desse agrupamento, porém, no que dizia respeito ao projeto mais urgente, que organizava o fluxo vital das expectativas e projeções, eu era constantemente demandado e respondia a essa demanda, pois romper com ela implicaria em passar a ser lido como ingrato, alguém que abandona a família quando ela mais precisa. Assim, as possibilidades de distanciamento desse projeto eram quase nulas, pois para que meu próprio projeto de profissionalização pudesse continuar em curso, uma ruptura com a família precisaria ser evitada a todo custo.

### **Um bom filho é sempre obediente: O que nos torna parentes?**

Buscou-se sustentar aqui a ideia de uma negociação de identidade empreendida a partir de dois campos sociais distintos, acreditando que minha identidade profissional na condição de jovem aprendiz de antropologia esta, de algum modo, ligada estritamente às demandas da família, mas, esse conjunto de obrigações de conteúdo moral pressupõe, grosso modo, um conjunto de afecções e interesse no não rompimento de laços e manutenção de um dado modo de se relacionar com os pares familiares. Assim, se sou visto como filho obediente e preocupado, isso se deve em muito a minha escolha de articulação dos campos nos quais eu estava imerso, e essa articulação se deve também ao fato de me sentir parte do projeto familiar e do meu interesse de ascensão em minha carreira familiar.

É possível, então, dizer que me sinto parte do núcleo familiar, estando ligado a ele no plano das emoções e interesses. Sahlins (2011) conclui que, a partir de suas análises sobre o parentesco, em várias culturas os parentes participam da existência uns dos outros de maneira intrínseca, partilhando do que chama de uma *mutualidade do ser*, ou seja, são membros uns dos outros. Essa perspectiva é boa para pensar, pois faz sentido em relação à compreensão da enorme diversidade da experiência humana. As pessoas, desse ponto de vista, são intrínsecas em relação umas as outras, de modo que os genitores estão ligados aos filhos por meio de uma substância, ocorre que essa substância não está dada, ela é construída por categorias de mesma significação social e instauradora da identidade social. Disso resulta pensar que não só a função simbólica é social, mas a realidade social é simbólica.

O autor mobiliza a noção de *partibilidade*, que compreende uma relação análoga entre espécie e gênero onde um parente existe no outro, ou seja, cada um dos membros pode ter uma dimensão de si que o permite estar em outro todo para além do seu. Essa perspectiva amplia o escopo de visão nos permitindo pensar o humano como um ser interseccional, constituído de partes dos outros que captura ao longo da vida, porém, para nós é fundamental a ilusão da identidade individual, porque isso é justamente a base da ideologia do individualismo. Essas noções evidenciam o caráter transpessoal, pois compreende uma vivência compartilhada das relações de parentesco, pois elas ultrapassam o sujeito. As pessoas humanas são constantemente partes de outras pessoas,

elas participam da construção de outras pessoas, e não se trata apenas do fato de que co-vivemos<sup>4</sup> com outros seres, mas outros serem também co-vivem conosco.

Segundo Carsten (2000), fortemente influenciada por Schneider (1972), para quem o parentesco é um nível cultural centrado no sistema fundamental de símbolos e significados que informa e dá forma a um nível normativo de ação, nossa compreensão do que torna uma pessoa parente foi transformada por mudanças radicais nas relações de gênero e arranjos matrimoniais, de modo a não podermos mais afirmar que “nossas relações sociais mais fundamentais se fundamentam na "biologia" ou na "natureza"” (p. 1). Segundo ela:

For Iniupiat, as Bodcnhorn emphasises, personal autonomy and me rejection of pre-given ties of dependence mean that relatedness is continuously 'under construction' through precisely these kinds of everyday acts. Here it is difficult to see what relatedness would be about at all without the everyday activities of women and men as they engage in me labour process (...) (p.18)

Para a autora, o parentesco deve ser pensado a partir da ideia de processo, não sendo definido apenas pela biologia, de modo que em muitas culturas o que torna alguém parente não são os laços de consanguinidade, mas o estar relacionado, a partilha do alimento ou outros atos simbólicos instauradores da *relacionalidade*. Assim, ser parente implica em compartilhar uma mesma experiência vivida e localizada, ou seja, estar em relação a alguém, compartilhar com ele uma mesma substância, que pode ser o sêmen, mas também algum alimento ou afecção.

Esses autores são cruciais na expansão do entendimento do conteúdo do parentesco, uma vez que abrem para pensarmos as relações parentais para além dos signos e rubricas da natureza ou biologia: o parentesco aparece como um processo, o que tem outro tipo de implicação. A substancialidade da herança de sangue é tão importante no ocidente que esquecemos dessas outras formas de ligação parental, que passam por outros modelos e compreensões sobre o que instaura uma relação de parentesco. Essa discussão é fértil, pois pensar meu projeto exige-nos situar minha relação com a família, que passa pelos signos da *relacionalidade*.

Em muito me sinto culpado pelo adoecimento de minha mãe, dado o processo histórico em que foi gestado, ela era a principal fonte de manutenção material da casa,

---

<sup>4</sup> Utilizamos este termo para designar um modo de relação que extrapola o compreendido pela noção de convivência: convivemos com muitas pessoas, mas não participamos de todas do ponto de vista da *mutualidade*.

tendo se desdobrado entre diversas tarefas produtivas. Ademais, me sinto parte do projeto familiar que tem o reconhecimento da invalidez e a consequente aprovação da aposentadoria de minha mãe o objetivo mais imediato. Disso resultam os projetos futuros, como a educação do infante, meu irmão, e o projeto de reforma da casa, além da seguridade física de minha mãe, que poderá, enfim, parar de trabalhar e acatar as recomendações médicas. Mas aqui é preciso lembrar que as afetividades que movem esse processo não estão desconectadas e não explicam sozinhas o fenômeno analisado, pois se isso fosse real nossa análise não teria lugar, portanto, é importante lembrar Carsten quanto ao fato de a afetividade não estar desconectada das regras, não interessando saber a que domínio pertence, mas como ela se dá no curso da vida social, logo, meu sentimento de culpa responde ao projeto de *auto-afirmação* colocado em curso.

Minha escolha, desse modo foi transformada em uma espécie de mito familiar (Lomnitz & Perez-Lizaur, 1987), que emergiu na família extensa ressonando a imagem de alguém que, apesar de planos destoantes, não se esquece da família, um filho preocupado e não ingrato, como outra figura familiar que atua como antípoda, uma tia que depois de enriquecer cortou laços com os afins, reduzindo sua atuação na família a apenas as datas festivas. Não afirmo, com isso, que minhas ações foram tomadas e pensadas para assim tornar-me, nem que o objetivo primário de minhas escolhas era figurar certa proeminência de status no grupo familiar, antes, demonstra-se as consequências de minhas decisões. Enquanto minha tia faz uma escolha e negocia no interior de outro campo, resolvi aproximar meus dois campos de atuação, e com isso, consegui negociar mais facilmente posições e status.

### **Considerações Finais**

Tentou-se evidenciar ao longo das páginas que se apresentaram os modos pelos quais são processados a construção diferencial da pessoa, no caso em questão, as imbricações de projetos e identidades que em um primeiro momento não são ressonantes, mas que, como vimos, acabam sendo fundidos em um único projeto e em uma identidade específica, como consequência.

Duarte (2011) mobiliza em seu texto a noção de “subjetivação diferencial” da pessoa, em seus termos:

A “subjetivação diferencial” encontra-se tematizada em diversas tradições das ciências sociais. A via da socialização em papéis é certamente a mais difundida, pela via do funcionalismo, de certos desenvolvimentos da Escola de Cultura e Personalidade, e do interacionismo simbólico. Ela pode estar mais ou menos atrelada a hipóteses fortes sobre a estrutura social, desde o funcionalismo britânico até a escola de Pierre Bourdieu. Neste último caso, a referência à estrutura social combina-se com o interesse no compartilhamento diferenciado de *habitus*, *hexis* e disposições incorporadas, questões características da tradição fenomenológica. Diferentes linhas desta última, incluindo o citado interacionismo, sistematizam a descrição das formas de manifestação das identidades e identificações. O espírito de comparação que caracteriza todas essas tendências pressupõe a observação de diferentes modos sociais e culturais de construção da pessoa e da identidade, que formam a base dos desenvolvimentos específicos da escola sociológica francesa e de seus desenvolvimentos do pós-guerra (como o estruturalismo) (DUARTE, 2011, p. 3).

A noção de *subjetivação diferencial* dá conta do fato de que é preciso produzir uma diferenciação para ser percebido a partir do conjunto de técnicas simbólicas dispostas no repertório da família, se não nos tornamos indistintos, uma massa amorfa. É preciso, com isso, produzir meios através dos quais vamos nos apresentar e diferenciar nas relações legítimas dentro de nosso campo de possibilidades. Nesse sentido, minha escolha vai de encontro com essa noção, uma vez que a consequência da decisão feita, esta afinada ao conjunto de valores e expectativas colocadas sobre mim pelas demandas e necessidades de minha família, disso resulta que eu seja percebido de um modo, e não de outro: como vimos, apareço como antípoda a figura de minha tia, e não em concordância com ela, e esse fato dota-me de mais agência para continuar negociando meu lugar na estrutura da família.

Entre as circunstâncias sob as quais os sujeitos sociais podem emergir no mundo, a família e o parentesco são os níveis mais óbvios de relações sob as quais as pessoas se apresentam socialmente, e nesse contexto, certas condições e possibilidades de afirmação de si e da constituição de carreiras. Como vimos, algumas circunstâncias sociais, ligadas a emergência de um projeto profissional sob a égide do individualismo colidiu-se e englobou, ou foi englobado, por um projeto familiar coletivo, e a fusão desses dois projetos garantiram as possibilidades de minha *subjetivação diferencial*, sob a qual respondo e sou percebido pela família e acadêmicos.

Nesse sentido, a própria noção de sair de casa é ressignificada e retrabalhada a partir do conteúdo simbólico proveniente desse tipo específico de negociação identitária, uma vez que minha distância geográfica do núcleo doméstico é compensada

por minha ativa participação no conjunto de interesses comuns e motivações familiares. Desse modo, não sou percebido enquanto alguém que *saiu de casa*, e sim, como alguém que *saiu para estudar*, o que tem outras implicações do ponto de vista do status que ocupo no interior da hierarquia da família extensa, para além da unidade doméstica. Enquanto minha tia é alguém que *saiu da família*, eu, por outro lado, sou visto como alguém que aproxima a família de seus projetos individuais, conferindo a mim, desse modo, um duplo estatuto simbólico: alguém que detém um tipo de conhecimento desconhecido e que pode ser útil na orientação das ações familiares, e, sobretudo, alguém que, apesar dos planos individuais destoantes, preocupa-se com a família, sendo percebido como *um bom filho*, um *filho preocupado e útil* para as ações que se tornaram vitais no projeto familiar.

Assim, meu projeto de *subjetivação diferencial*, pautado em um processo de *auto-afirmação*, no uso performático do corpo e da linguagem, em um cuidado com a apresentação pessoal, que muito bem se efetivava no campo profissional, não pode ser implantado no que dizia respeito às demandas familiares, porque um rompimento implicaria na impossibilidade mesma do curso dos projetos individuais. O material analisado aqui aponta, então, para a necessidade de exame das questões aparentemente *personais e privadas*, pois nelas residem artefatos das experiências que são cruciais para a compreensão dos diversos e criativos modos como constituem-se projetos, famílias e pessoas no interior de famílias e situações específicas.

### Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. **Veiled sentiments: honour and poetry in a Bedouin society**. Berkeley: Univ. of Calif. Press, 1986.

CARSTEN, Janet. "Introduction: cultures of relatedness". In Carsten, Janet (org.) **Cultures of Relatedness. New approaches to the study of kinship**. Cambridge University Press, 2000.

DAS, Veena. "O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade". **Cadernos Pagu** (37), Campinas, julho-dezembro de 2011.

DUARTE, Luiz F. D. & EDLAINE C. Gomes. **Três Famílias. Identidades e Trajetórias Transgeracionais nas Classes Populares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DUARTE, Luiz F. D. "Geração, Fratria e Gênero: um estudo do mandato transgeracional e subjetivação". **Trivium. Estudos Interdisciplinares**. Ano III, Edição I, 2011.

FIGUEIRA, Sérvulo. “O moderno e o arcaico na família brasileira”. In Figueira, Sérvulo (org.) **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar , 1987.

LOMNITZ, Larissa & PEREZ-LIZAU, Marisol. **A Mexican Elite Family 1820-1980. Kinship, Class and Culture**. New Jersey: Princeton University Press , 1987.

SAHLINS, Marshall. “What kinship is (part one)”. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, [Volume 17, Issue 1](#), pages 2–19, March, 2011.

SALEM, Tania. “Tensões entre gêneros nas classes populares: uma discussão com o paradigma holista”. **Mana. Estudos de Antropologia Social** 12: 2006.

SINGLY, François de. “O nascimento do ‘indivíduo individualizado’ e seus efeitos na vida conjugal e familiar”. In Peixoto, C. E., F. de Singly et al. **Família e Individualização**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

SCHNEIDER, David. What is kinship all about? **Kinship Studies in the Morgan Centennial Year**. P. Reining. Washington: 1972.

STRATHERN, Marilyn. “Os limites da autoantropologia”. In: Strathern, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosacnaif, 2014.

Recebido em: Julho de 2017  
Aceito em: Dezembro de 2017